TRT-18ª REGIÃO
Goiás

INFORMATIVO DE PRECEDENTES E JURISPRUDÊNCIA

Este periódico tem por objetivos divulgar os eventos relacionados ao julgamento de casos repetitivos e destacar ementas recentes, inéditas, peculiares e/ou importantes deste Regional, não consistindo em repositório oficial de jurisprudência.

NÚMERO 262| GOIÂNIA, GOIÁS | 12 DE MAIO DE 2025

PRECEDENTES

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA TEMAS JULGADOS TESES FIXADAS E PUBLICADAS *

IRR 118 - TST - RR 0000202-32.2023.5.12.0027 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: a) Os agentes comunitários de saúde têm direito ao adicional de insalubridade a partir da vigência da Lei nº 13.342/2016? b) O deferimento do adicional depende da verificação pericial do trabalho em condições insalubres?

Tese fixada: A partir da vigência da Lei nº 13.342/2016, os agentes comunitários de saúde têm direito ao adicional de insalubridade, em grau médio, independentemente de laudo técnico pericial, em razão dos riscos inerentes a essa atividade.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0000202-32.2023.5.12.0027, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 119 - TST - RR - 0000321-55.2024.5.08.0128 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: Existindo dúvida sobre a data de início da gravidez durante o contrato de trabalho, deverá a garantia de emprego à gestante ser reconhecida?

Tese fixada: A dúvida razoável e objetiva sobre a data de início da gravidez e sua contemporaneidade ao contrato de trabalho não afasta a garantia de emprego à gestante.

Situação: Tema julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0000321-55.2024.5.08.0128, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 120 - TST - RR-0000427-62.2022.5.05.0195 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: Deve ser aplicada a multa do artigo 467 da CLT quando impugnado em contestação o vínculo empregatício, se posteriormente reconhecida sua existência em juízo?

Tese fixada: É indevida a multa do art. 467 da CLT no caso de reconhecimento em juízo de vínculo de emprego, quando impugnada em defesa a natureza da relação jurídica.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0000427-62.2022.5.05.0195, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 121 - TST - RR-0000473-37.2024.5.05.0371 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: A participação do empregado no custeio do auxílio alimentação descaracteriza a natureza salarial da parcela?

Tese fixada: O auxílio-alimentação não tem natureza salarial quando o empregado contribui para o custeio, independentemente do valor da sua coparticipação.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0000473-37.2024.5.05.0371, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 123 - TST - RRAg-0000769-40.2022.5.17.0001 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: É válida a supressão da incorporação de gratificação de função ao salário do trabalhador da CONAB, nos casos de revogação da norma regulamentar que instituiu o benefício, em cumprimento de decisão do Tribunal de Contas da União?

Tese fixada: A alteração nos regulamentos internos da CONAB, que garantiam aos seus empregados a incorporação de gratificação de função ao salário, não afeta os empregados que já tinham esse direito adquirido, independentemente de decisão do Tribunal de Contas da União pela supressão das referidas rubricas.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RRAg-0000769-40.2022.5.17.0001, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 124 – TST - RR - 0001270-88.2023.5.09.0095 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: A regularização superveniente da conduta ilícita que ensejou o pedido de tutela inibitória em ação civil pública enseja o indeferimento da medida?

Tese fixada: A cessação da conduta ilícita após a propositura da ação civil pública não impede, por si só, o deferimento da tutela inibitória, que visa prevenir práticas ilícitas futuras.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0001270-88.2023.5.09.0095, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 125 – TST - RR-0020465-17.2022.5.04.0521 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: Para o reconhecimento da estabilidade provisória em decorrência de doença ocupacional, prevista no artigo 118 da Lei no 8.213/1991, é necessário que o empregado tenha sido afastado por mais de quinze dias das atividades laborais ou percebido auxílio-doença acidentário?

Tese fixada: Para fins de garantia provisória de emprego prevista no artigo 118 da Lei no 8.213/1991, não é necessário o afastamento por período superior a 15 (quinze) dias ou a percepção de auxílio-doença acidentário, desde que reconhecido, após a cessação do contrato de trabalho, o nexo causal ou concausal entre a doença ocupacional e as atividades desempenhadas no curso da relação de emprego.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0020465-17.2022.5.04.0521, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 126 - TST - RR-0020617-54.2023.5.04.0384 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: Qual é o prazo prescricional para ações de indenização por dano em ricochete (indireto ou reflexo)?

Tese fixada: Aplica-se a prescrição trienal prevista no artigo 206, §3o, do Código Civil à pretensão contida na ação de indenização por dano em ricochete (indireto ou reflexo).

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0020617-54.2023.5.04.0384, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 127 – TST - RR-0020923-28.2021.5.04.0017 - Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: A partir da vigência da Lei no 13.467/17, o atraso na entrega de documentos rescisórios atrai a incidência da multa do artigo 477, § 6o, da CLT, ainda que as verbas rescisórias sejam pagas no prazo legal?

Tese fixada: Extinto o contrato de trabalho na vigência da Lei no 13.467/2017, é devida a aplicação da multa do artigo 477, § 8o, da CLT quando o empregador deixar de entregar os documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes em até dez dias do término do contrato, ainda que as verbas rescisórias sejam pagas no referido prazo.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0020923-28.2021.5.04.0017, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

IRR 128 – TST - RR-0100221-76.2021.5.01.0074 – Tese fixada - Acórdão publicado

Questão Submetida a Julgamento: O exercício cumulativo das funções de motorista de ônibus urbano e cobrador caracteriza acúmulo de funções apto a gerar pagamento de acréscimo salarial?

Tese fixada: O exercício concomitante da função de cobrador pelo motorista de ônibus urbano não gera direito à percepção de acréscimo salarial.

Situação: Tema Julgado. Publicado o acórdão em 9/5/2025.

(RR-0100221-76.2021.5.01.0074, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Tribunal Pleno, Publicado o acórdão em 9/5/2025)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO TEMAS AFETADOS DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO ESPECÍFICA

IRR 92 - TST - IncJulgRREmbRep – 0010271-25.2022.5.03.0055 - Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A jornada de trabalho iniciada no período noturno (art. 73, § 2º, da CLT) e prorrogada além das 5 horas da manhã autoriza a percepção do adicional noturno relativamente ao período prorrogado, mesmo se não laborado todo o horário noturno? À luz do Tema 1046 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, é possível que norma coletiva limite a percepção do referido adicional na prorrogação da jornada noturna?

Situação: Tema afetado. Decisão de afetação do Relator de 11/4/2025 (art. 284 do RITST). Determinação de Suspensão específica **(Recursos de Revista e Embargos suspensos no TST e Recursos Ordinários nos TRTs)**

(IncJulgRREmbRep-0010271-25.2022.5.03.0055, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 93 – TST – IncJulgRREmbRep – 0010310-27.2022.5.03.0021 - Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Quais critérios devem ser levados em consideração para a aferição do caráter provisório da transferência, necessário ao pagamento do respectivo adicional previsto no art. 469, § 3º, da CLT?

Situação: Tema afetado. Decisão de afetação do Relator de 11/4/2025 (art. 284 do RITST). Com determinação de Suspensão **(Recursos de Revista e Embargos suspensos no TST e Recursos Ordinários nos TRTs)**

(IncJulgRREmbRep-0010310-27.2022.5.03.0021, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 04/04/2025)

IRR 106 – TST – IncJulgRREmbRep – 0000632-48.2024.5.17.0014 - Publicada decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Qual o prazo aplicável e o termo inicial da prescrição da pretensão de executar, individualmente, decisão proferida em ação coletiva?

Situação: Tema afetado. Concluso ao Relator em 1/4/2025. Decisão de afetação do Relator de 9/4/2025 (art. 284 do RITST). Há determinação de Suspensão **(Recursos de Revista e Embargos suspensos no TST)**

(IncJulgRREmbRep-0000632-48.2024.5.17.0014, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 108 – TST – IncJulgRREmbRep – 0000688-43.2023.5.10.0101 e 1001142-81.2021.5.02.0009 Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A gratificação especial, instituída por liberalidade do empregador (Banco Santander S.A.), é devida aos empregados dispensados até o ano de 2012? A dispensa do empregado posteriormente a 2012 afasta, por si só, o direito à gratificação especial?

Situação: Tema afetado. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação do Relator de 15/4/2025 (art. 284 do RITST). Há determinação de Suspensão **(Recursos de Revista e Embargos suspensos no TST)**

(IncJulgRREmbRep-0000688-43.2023.5.10.0101 e 1001142-81.2021.5.02.000, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicadas as decisões em 02/04/2025)

IRR 110 – TST - IncJulgRREmbRep – 0001010-80.2023.5.09.0654 - Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Quando o motorista de caminhão é remunerado por comissões incidentes sobre o valor do frete ou da carga transportada, as horas extras por ele cumpridas deverão ser calculadas com base na Súmula nº 340 do TST?

Situação: Tema afetado. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação do Relator de 9/4/2025 (art. 284 do RITST). Há determinação de Suspensão **(Recursos de Revista e Embargos suspensos no TST)**

(IncJulgRREmbRep-0001010-80.2023.5.09.0654, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TEMAS AFETADOS SEM DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO

IRR 89 – IncJulgRREmbRep – 0000297-84.2023.5.09.0661 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: É devida a percepção cumulada do adicional de "quebra de caixa" com a gratificação decorrente do exercício de função de confiança pelos empregados da Caixa Econômica Federal? Havendo disposição em sentido contrário no regulamento empresarial, em que hipóteses terá aplicabilidade?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Decisão de afetação do Relator de 15/4/2025 (art. 284 do RITST)

(IncJulgRREmbRep – 0000297-84.2023.5.09.0661, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 90 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000515-39.2024.5.08.0004 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O atraso ínfimo no pagamento de parcela da obrigação estabelecida em acordo judicial possibilita a exclusão ou redução equitativa da cláusula penal pelo juízo?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 7/4/2025

(IncJulgRREmbRep - 0000515-39.2024.5.08.0004 Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 91 – IncJulgRREmbRep –0010083- 32.2022.5.03.0152 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Ressalvada a hipótese de prescrição intercorrente (CLT, art. 11-A, §2º), é possível o reconhecimento de ofício da prescrição trabalhista?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator de 7/4/2025.

(IncJulgRREmbRep -0010083- 32.2022.5.03.0152, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 94 – TST - IncJulgRREmbRep - 0010502-23.2022.5.03.0097– Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A concessão do benefício da justiça gratuita a sindicato, na condição de substituto processual, depende de prova inequívoca de que a entidade sindical não pode arcar com as despesas do processo sem comprometer a sua atividade ou é o bastante a mera declaração de hipossuficiência econômica?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 7/4/2025.

(IncJulgRREmbRep-0010502-23.2022.5.03.0097, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 08/04/2025)

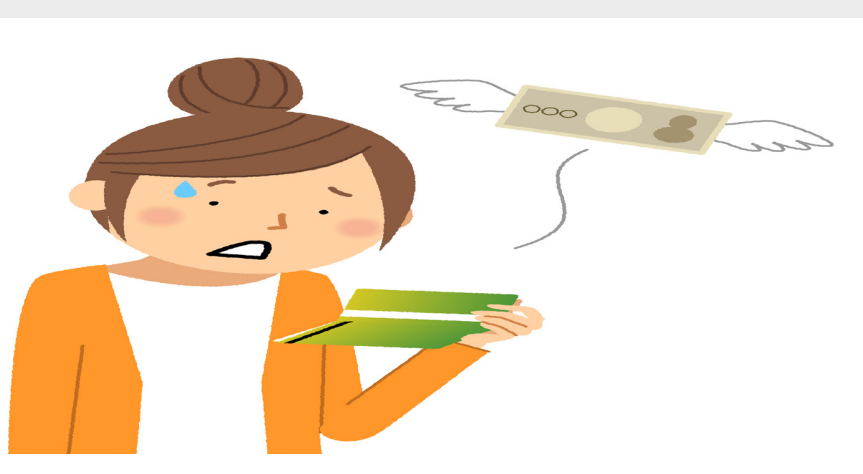
IRR 95 – TST - IncJulgRREmbRep - 0010946-64.2023.5.03.0180 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Qual é a legislação trabalhista aplicável nos casos em que o empregado é contratado no Brasil para trabalhar em navio de cruzeiro internacional em águas brasileiras e internacionais?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator de 7/4/2025 (art. 284 do RITST)

(IncJulgRREmbRep - 0010946-64.2023.5.03.0180 Relator: Ministro Augusto César Leite de Carvalho, Publicado o despacho em 14/04/2025)

IRR 96 – TST - IncJulgRREmbRep - 0020072-95.2023.5.04.0541– Publicada a decisão de afetação



Questão Submetida a Julgamento: O empregado, dispensado por justa causa, tem direito ao pagamento de décimo terceiro salário e férias proporcionais?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 4/4/2025.

(IncJulgRREmbRep-0020072-95.2023.5.04.0541, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

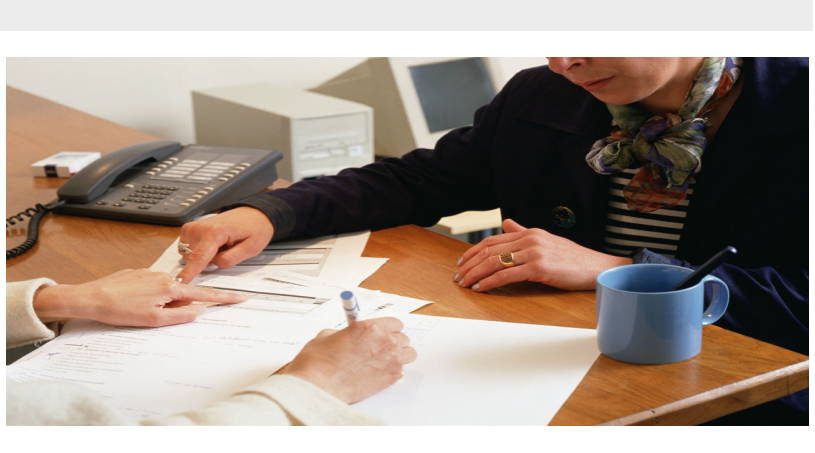
IRR 97 – TST - IncJulgRREmbRep - 0020251-34.2024.5.04.0334 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: a) O adicional de periculosidade previsto no artigo 193, II, da CLT estende-se ao vigia, no exercício da sua função típica? b) O vigia, no exercício da sua função típica, quando se expõe de forma permanente a roubos ou outras formas de violência física tem direito ao adicional previsto no artigo 193, II, da CLT?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 7/4/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0020251-34.2024.5.04.0334, Relator: Ministro Luiz José Dezena da Silva, Publicado o despacho em 07/04/2025)

IRR 98 – TST - IncJulgRREmbRep -0020310-67.2023.5.04.0201 – Publicada a decisão de afetação



Questão Submetida a Julgamento: As promoções por antiguidade dependem apenas do preenchimento do requisito objetivo referente ao tempo de serviço ou é válida a exigência de outros requisitos subjetivos?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 4/4/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0020310-67.2023.5.04.0201, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 99 – TST - IncJulgRREmbRep - 0020396-54.2022.5.04.0401 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O empregado que efetivamente exerceu atividades de docência deve ser enquadrado como professor independentemente da nomenclatura do cargo para o qual foi contratado ou do cumprimento dos requisitos formais referentes à habilitação legal e registro no Ministério da Educação?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 7/4/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0020396-54.2022.5.04.0401, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 100 – TST - IncJulgRREmbRep -1000877-13.2023.5.02.0461 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O recolhimento de lixo em condomínio residencial enseja o pagamento do adicional de insalubridade?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 7/4/2025.

(IncJulgRREmbRep - 1000877-13.2023.5.02.0461, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 07/04/2025)

IRR 101 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000229-71.2024.5.21.0013– Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O pagamento do adicional de periculosidade ao empregado motociclista, previsto no art. 193, § 4º, da CLT, está condicionado à regulamentação da matéria pelo Ministério do Trabalho e Emprego?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0000229-71.2024.5.21.0013, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 102 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000416-87.2020.5.20.0000 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: É inaplicável o intervalo interjornada de 11 (onze) horas, previsto no art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho, cumulado com o repouso de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, concedido em face de 03 (três) turnos trabalhados, previsto no art. 3º, V, da Lei nº 5.811/72, aos trabalhadores submetidos ao regime de revezamento em turno de 08 (oito) horas, perfazendo o total de 35 (trinta e cinco) horas, em razão da prevalência da Lei específica e em respeito ao disposto em negociação coletiva, a teor do julgado na ARE 1121633, Tema 1046, de Repercussão Geral, decidido pelo e. STF?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão.

(IncJulgRREmbRep -0000416-87.2020.5.20.0000. Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Aguardando publicação da decisão)

IRR 103 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000477-55.2023.5.06.0121– Publicada a decisão de afetação

13
14
15
Pay day
19
20
21

Questão Submetida a Julgamento: O atraso reiterado no pagamento de salários pelo empregador causa danos morais *in re ipsa* ao empregado?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0000477-55.2023.5.06.0121, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 104 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000555-88.2023.5.17.0009 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O trabalho executado em ambiente contendo tubulações ou dutos transportadores de gás inflamável se equipara às hipóteses de risco previstas na NR 16 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e gera direito ao adicional de periculosidade?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação da Relatora de 24/4/2025 (art. 284 do RITST)

(IncJulgRREmbRep - 0000555-88.2023.5.17.0009 . Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

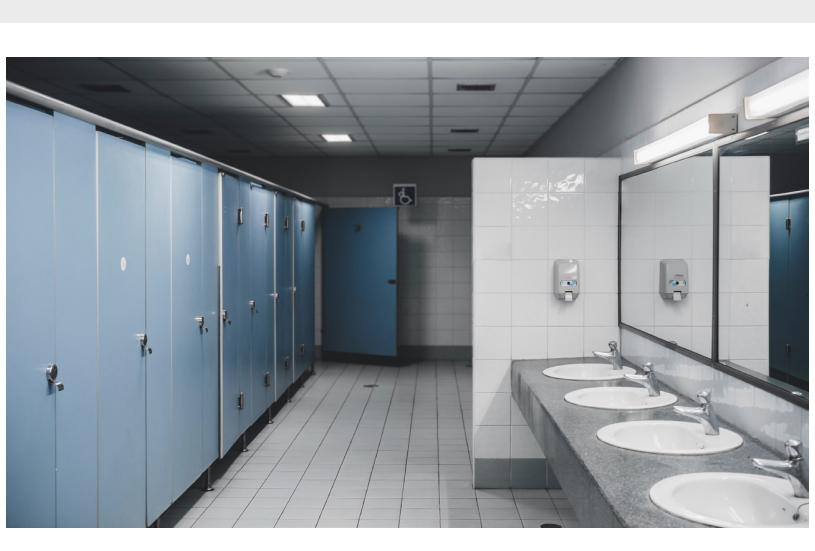
IRR 105 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000557-54.2022.5.10.0020 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: É válida a determinação judicial de individualização da liquidação e execução da sentença proferida na ação coletiva?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação do Relator 1/4/2025 (art. 284 do RITST)

(IncJulgRREmbRep - 0000557-54.2022.5.10.0020. Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 107 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000670-87.2022.5.12.0008– Publicada a decisão de afetação



Questão Submetida a Julgamento: A exposição do empregado em trajes íntimos, em vestiário coletivo, para cumprimento de procedimento de higienização denominado "barreira sanitária" previsto em norma técnica do Ministério da Agricultura para as empresas do ramo alimentício, por si só, acarreta dano moral?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação do Relator de 1/4/2025 (art. 284 do RITST).

(IncJulgRREmbRep - 0000670-87.2022.5.12.0008 Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 109 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000704-22.2023.5.11.0019 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A ausência do reclamante à audiência em que deveria prestar depoimento pessoal resulta em confissão ficta apenas se houver sido intimado pessoalmente, ou tal efeito também se produz se intimado por meio de advogado com poderes para receber notificações?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025. Decisão de afetação do Relator de 9/4/2025 (art. 284

(IncJulgRREmbRep - 0000704-22.2023.5.11.0019, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 01/04/2025)

IRR 111 – TST - IncJulgRREmbRep - 0001257-60.2022.5.17.0141 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A oitiva do depoimento pessoal das partes constitui faculdade do magistrado ou o seu indeferimento configura cerceamento de defesa?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 31/3/2025.

(IncJulgRREmbRep-0001257-60.2022.5.17.0141, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 01/04/2025)

IRR 112 – TST - IncJulgRREmbRep - 0011624-72.2023.5.18.0015- – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: É válida a norma coletiva que institui contribuição patronal direta com recolhimento compulsório pelas empresas em favor do sindicato da categoria profissional?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso à Relatora em 1/4/2025. Decisão de afetação em 29/4/2025. Decisão da Relatora de 30/4/2025 que **tornou sem efeito a** determinação de sobrestamento em âmbito nacional.

(IncJulgRREmbRep - 0011624-72.2023.5.18.0015, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 01/04/2025)

IRR 113 – TST - IncJulgRREmbRep - 0020036-97.2022.5.04.0861 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema n.º 1.191 da Tabela de Repercussão Geral, nos processos ainda em fase de conhecimento os índices de atualização de créditos trabalhistas devem ser fixados desde logo ou podem ser adiados para a fase de execução?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso à Relatora em 31/3/2025. Decisão de afetação em 22/4/2025.

(IncJulgRREmbRep - 0020036-97.2022.5.04.0861, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 01/04/2025)

IRR 114 – TST - IncJulgRREmbRep - 0100694-10.2021.5.01.0059 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: a) A adesão do empregador ao movimento "#NãoDemita", compromisso assumido para preservação de empregos durante a pandemia do COVID-19, configura hipótese de garantia provisória de emprego?; b) Se houver garantia provisória de emprego, ela prevalece após os 60 (sessenta) dias mencionados nessa campanha?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 1/4/2025. Decisão de afetação em 9/4/2025.

(IncJulgRREmbRep-0100694-10.2021.5.01.0059, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 115 – TST - IncJulgRREmbRep - 1000250-90.2022.5.02.0025 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: A mudança na forma de cálculo do abono pecuniário previsto no art. 143 da CLT, promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT por meio do Memorando Circular nº 2.316/2016 - GPAR/CEGEP, configura alteração contratual lesiva, não atingindo, pois, os empregados contratados sob a égide da sistemática anterior?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 01/3/2025.

(IncJulgRREmbRep - 1000250-90.2022.5.02.0025, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 02/04/2025)

IRR 116– TST - IncJulgRREmbRep - 1000918-40.2021.5.02.0011 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: O regime de desoneração previdenciária, previsto na Lei nº 12.546/2011, incide sobre o cálculo das contribuições previdenciárias patronais decorrentes de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso à Relatora em 31/3/2025.

(IncJulgRREmbRep - 1000918-40.2021.5.02.0011, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 01/04/2025)

IRR 117 – TST - IncJulgRREmbRep - 0000133-52.2023.5.05.0008 – Publicada a decisão de afetação

Questão Submetida a Julgamento: É ilícito o controle determinado pelo empregador ao uso do banheiro durante a jornada de trabalho, configurando ao empregado danos morais "in re ipsa"?

Situação: Tema afetado. Não há determinação de suspensão. Concluso ao Relator em 4/4/2025.

(IncJulgRREmbRep -0000133-52.2023.5.05.0008, Relator: Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Publicada a decisão em 04/04/2025)

Tribunal Regional do Trabalho
18ª Região | Goiás

O Informativo de Precedentes e Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região é elaborado pela Coordenadoria de Precedentes e Jurisprudência (CPJUR).
Telefones: (62) 3222-5107 e (62) 3222-5383.
E-mail: precedentes@trt18.jus.br. KMP

** AGUARDANDO A PUBLICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS RELATIVOS AOS TEMAS 122 E 129 PARA DIVULGAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL DA TESE.